SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA DETRO/PRES. N 1085 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012.

**DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA REGRA DE NEGÓCIO E
REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM
ELETRÔNICA NOS VEÍCULOS DE BAIXA CAPACIDADE QUE
OPERAM NO SERVIÇO DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR NO
ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRO/RJ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- a necessidade de dispor sobre o conforto e a segurança dos usuários e operadores do Serviço de Transporte Complementar regulamentado pelo Decreto nº 40.872, publicado em 2 de agosto de 2007, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 40.927, publicado em 6 de setembro de 2007;
- o conceito da atualidade, que constitui um dos princípios da adequada prestação do serviço de transporte, compreendendo a modernidade das técnicas e dos equipamentos utilizados;
- a necessidade de planejar, organizar e disciplinar o Serviço de Transporte Complementar de passageiros, integrando-o ao Sistema de Transporte Público de Passageiros;
- o estabelecido na Lei nº 5.628/09, em especial as seguintes disposições:

Artigo 10, Parágrafo Único, "A Secretaria de Estado de Transportes fiscalizará e auditará o

sistema de subsídio, podendo se utilizar de instituição contratada para essa finalidade";

Artigo 20 "a contrafação, ou qualquer tipo de fraude no Bilhete Único, ou no Vale-transporte acarretará a aplicação de sanções previstas no Código Penal, sem prejuízo da aplicação de sanções decorrentes de responsabilidade civil e administrativa";

Artigo 20, Parágrafo Único, "a especulação com o Bilhete Único ou o Vale-Transporte, aplicando ou não defasagem em seus valores, configurará estelionato previsto no artigo 171 do Código Penal";

- finalmente as disposições contidas na Lei nº 4.291 de 22 de março de 2004, que instituiu a Bilhetagem Eletrônica no Sistema de Transporte Público de Passageiros de competência do Estado do Rio de Janeiro, no seu artigo 5º, estabelece:

Art. 5º - As delegatárias dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros por ônibus serão responsáveis pelo custeio, implantação e gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica, assegurado ao Poder Público o acesso às informações processadas pela Central de Controle e necessárias ou úteis ao planejamento e fiscalização do Sistema pela Secretaria Estadual de Transportes.

RESOLVE:

Art. 1º - Todos os microônibus do tipo van registrados no DETRO/RJ para operação do Serviço de Transporte Complementar em trajetos situados nas diversas Regiões do Estado do Rio de Janeiro e pertencentes aos vencedores das licitações por Concorrência Pública nº 01, 02, 03, 04, 05/2007 e 02/2008, nos quais já foram instalados e testados os equipamentos necessários, estão obrigados a aceitar os cartões eletrônicos de vale-transporte, incorporando-se assim ao sistema de bilhetagem eletrônica, na forma da Lei nº 4.291/04.

Art. 2º - Para fins desta Portaria, entende-se como Bilhetagem Eletrônica, o uso de cartão inteligente de vale-transporte, com capacidade para suportar múltiplas aplicações e com nível de segurança que preserve a integridade de

cada aplicação isoladamente, em conformidade com a referida norma de utilização de cada tipo de cartão.

§ 1º - O Sistema de Bilhetagem constitui um sistema tecnologicamente aberto para uso dos variados tipos de cartões eletrônicos, dentro das normas e padrões definidos, sendo de natureza unitária ou múltipla, observada a legislação pertinente.

§ 2º - Dentre as suas finalidades, garante o Sistema de Bilhetagem Eletrônica a possibilidade de integração tarifária entre os modais rodoviários, metroviário, ferroviário e hidroviário.

Art. 3º - O permissionário fica obrigado a afixar adesivo no vidro da janela central, lateral direita, nas dimensões de 450mm x 150mm, contendo a informação a seguir:

- "A TARIFA DEVE SER QUITADA NO MOMENTO DO EMBARQUE, SOB PENA DAS SANÇÕES PREVISTAS NA PORTARIA DETROPRES. Nº 1.085/12".

Art. 4º - As tarifas dos serviços de transporte complementar consideradas para o sistema de bilhetagem eletrônica obedecerão ao disposto no inciso IV, parágrafo único, do art. 3º do Decreto nº 40.872/04.

Art. 5º - Será de inteira responsabilidade do permissionário do serviço de transporte complementar zelar pelo correto funcionamento do equipamento de bilhetagem eletrônica e pela sua conservação, impedindo qualquer prática ilícita por parte de terceiros.

§ 1º - Qualquer ocorrência que venha a impedir o correto funcionamento do equipamento deverá ser informada ao DETRO/RJ no prazo máximo de 24 horas.

§ 2º - Será aplicada a sanção prevista na alínea 1.1.4 (G4), inciso II, art. 42 do Decreto 40.872/07, no descumprimento do previsto no § 1º do art. 5º.

Art. 6º - O DETRO/RJ para aplicação das sanções previstas na presente Portaria, tomará como base o resultado do relatório conclusivo de auditoria

contendo as eventuais transações indevidas de Bilhetagem Eletrônica encaminhada pela SETRANS/ RIOCARD/ SINDPASS.

Art. 7º - Considera-se prática ilícita ou uso indevido do sistema de bilhetagem eletrônica as disposições a seguir, conforme parâmetros estabelecidos pela Riocard:

I - a utilização superior a 4 (quatro) transações do mesmo cartão, no mesmo veículo, no mesmo dia;

II - mais de 21 (vinte e uma) transações no intervalo de 40 (quarenta) minutos;

III - cartões que utilizem o benefício do Bilhete Único Intermunicipal por duas vezes, no mesmo dia, sendo as integrações realizadas entre veículos de baixa capacidade (Vans), da mesma linha.

Art. 8º - As sanções disciplinares consistem em:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão;

IV - extinção da permissão.

Art. 9º - A pena de advertência será aplicada por escrito e nos seguintes casos:

I - infrações definidas nos incisos I, II e III do art. 7º da presente Portaria;

II - Violação a preceito desta Portaria, quando para a infração não se tenha estabelecido

sanção mais grave.

Art. 10 - A multa será aplicável nos seguintes casos:

I - reincidências no cometimento das infrações definidas nos incisos I, II e III do art. 7º da presente Portaria;

II - será aplicável cumulativamente com a advertência ou suspensão, em havendo circunstâncias agravantes.

§ 1º - Será utilizada a tipificação prevista na alínea 1.1.4 (G4), inciso II, art. 42 do Decreto nº 40.872/07.

§ 2º - Haverá reincidência quando a infração for cometida pelo mesmo permissionário dentro do período de 12 (doze) meses, sendo neste caso mais gravemente apenada, seguindo regulamentação constante no § 2º, art. 36 do Decreto nº 40.872/07.

Art. 11 - A pena de suspensão será aplicada nos seguintes casos:

I - aplicação, por três vezes, da pena de multa prevista no art. 10 no período de 12 (doze) meses;

§ 1º - A suspensão acarreta ao infrator a interdição do exercício profissional, e bloqueio do validador eletrônico, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o § 6º, art. 36 do Decreto 40.872/07.

Art. 12 - A pena de extinção da permissão é aplicável nos casos de:

I - aplicação, por três vezes, da pena de suspensão prevista no art. 11;

§ 1º - Para a aplicação da pena de extinção da permissão, será necessário seguir o rito determinado no Decreto 40.872/07, na forma a seguir:

Art. 40 "A aplicação da pena de extinção da permissão ou de declaração de inidoneidade será precedida de processo administrativo específico, inaugurado por ato do Presidente do DETRO/RJ".

§ 1º - "O processo será conduzido por uma Comissão composta por 3 (três) servidores designados pelo Presidente do DETRO/RJ.

§ 2º - Após a instauração, o permissionário será notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa escrita, sendo-lhe facultada a vista do processo no DETRO/RJ'.

§ 3º - "Concluído o prazo para apresentação de defesa, o processo será instruído e relatado conclusivamente pela Comissão, sendo, em seguida, submetido ao julgamento do Presidente do DETRO/RJ".

§ 4º - "Da decisão que determinar a aplicação das penas de extinção da permissão ou de declaração de inidoneidade caberá, uma vez notificado o permissionário, recurso ao Secretário de Estado de Transportes, com efeito suspensivo, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias".

§ 2º - A pena de extinção da permissão impedirá que o permissionário se habilite a nova permissão durante o prazo de 60 (sessenta) meses;

Art. 13 - Será solicitada à empresa competente, a suspensão do serviço de bilhetagem eletrônica na forma a seguir:

I - por 30 (trinta) dias nos casos de suspensão; II - em definitivo nos casos de declaração de inidoneidade e extinção da permissão.

Parágrafo Único - A contagem dos prazos definidos nas alíneas I e II do presente artigo inicia no dia da publicação em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 14 - O DETRO/RJ encaminhará ofício aos órgãos competentes e empresas envolvidas na auditoria, fiscalização, controle e gestão do Bilhete Único Intermunicipal e Vale-transporte, objetivando cientificar e manter a transparência nos procedimentos adotados.

Art. 15 - A aplicação das penalidades previstas nesta Portaria dar-se-á sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando existirem, e conseqüente encaminhamento a autoridade competente para apuração de possíveis cometimentos de ilicitudes.

Art. 16 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2012

ROGÉRIO ONOFRE DE OLIVEIRAesidente